



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto seguinte.

**Bárbaros**

*A hipocrisia é uma característica comum dos impérios, mas alguns exageram. Quando a rainha Vitória se declarou chocado com os bárbaros chineses em revolta contra os ingleses, no fim do século XIX, não mencionou que a revolta era uma reação dos chineses à obrigação de importar o ópio que os ingleses plantavam na Índia, tendo destruído sua agronomia no processo.*

*Os ingleses obrigavam os hindus a abandonarem culturas tradicionais para produzir o ópio e foram à guerra para obrigar os chineses a consumi-lo, num momento particularmente bárbaro de sua história.*

*Havia sempre bárbaros convenientes nas fronteiras dos impérios: orientais fanáticos, monstros primitivos, tiranos sanguinários. Legitimavam a conquista colonial, transformando-a em missão civilizadora, enobreciam a raça conquistadora pelo contraste e – em episódios como o da Guerra do Ópio – disfarçavam a barbaridade maior dos civilizados alegando a truculência já esperada de raças inferiores.*

*As razões do mais forte continuam chamando-se razões históricas. As razões dos mais fracos são “protestos raivosos desses bárbaros rebeldes”, que teimam em se opor à sua dominação pelos mais fortes. E como são os vencedores que se encarregam de contar a História...*

(Adaptado de Luís Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**)

1. A hipocrisia dos impérios, tal como caracterizada no texto, está no fato de que
  - (A) a razão real da dominação é declarada com todas as letras pelos mais fortes aos mais fracos.
  - (B) os dominadores ocultam a razão da dominação, mostrando-se surpresos com a reação dos dominados.
  - (C) os conquistadores alegam razões econômicas para encobrir uma opressão de natureza religiosa.
  - (D) os dominados simulam aceitar a lógica da dominação, para evitar uma tragédia maior.
  - (E) dominadores e dominados acabam por justificar a dominação considerando-a uma fatalidade.
2. Na triangulação econômica entre ingleses, chineses e hindus, caracterizada no texto, fica claro que
  - (A) o colonizador atua invariavelmente como consumidor final da produção das colônias.
  - (B) cabe a um dos povos dominados colher os benefícios plenos da exploração do outro.
  - (C) o dominador impõe o que produz aos povos dominados e se apossa do que eles produzem.
  - (D) o colonizador impõe a um dos dominados o tipo de produção e ao outro o consumo do produto.
  - (E) cabe ao colonizador administrar a distribuição da produção colonial entre os que a produzem.

3. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A frase *Havia sempre bárbaros convenientes nas fronteiras dos impérios* significa que alguns bárbaros sabiam tirar proveito de uma vantagem geográfica.
- II. A expressão *num momento particularmente bárbaro de sua história* localiza uma época em que os ingleses, contrariando sua tradição histórica, mostraram-se bastante violentos.
- III. A frase *teimam em se opor à sua dominação pelos mais fortes* é irônica, pois ela deixa ver que a reação de quem se defende seria uma inexplicável relutância.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

4. Atente para estas afirmações:

- I. *As razões do mais forte continuam chamando-se razões históricas.*
- II. *(...) são os vencedores que se encarregam de contar a História ...*

É correto considerar que o fato enunciado em

- (A) I é efeito do fato enunciado em II.
- (B) I é causa do fato enunciado em II.
- (C) I contradiz o fato enunciado em II.
- (D) II ratifica exatamente o que fora enunciado em I.
- (E) II encaminha uma conclusão oposta à enunciada em I.

5. Atente para as seguintes frases:

- I. O que não falta aos países imperialistas são pretextos para conquistarem e dominarem países mais fracos.
- II. A utilização das aspas no último parágrafo indicam, neste caso, que se tratam de palavras atribuídas a alguém que não o autor do texto.
- III. Consideram-se “protestos raivosos” as razões dos mais fracos, ao mesmo tempo que se apresentam como justificáveis as barbáries do mais forte.

Está plenamente adequada a **concordância verbal** SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.



6. Os mais fortes empreendiam a conquista colonial, legitimavam a conquista colonial, atribuindo à conquista colonial o mérito de uma transformação civilizadora que tornava a conquista colonial uma espécie de benemerência.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) legitimavam-na - atribuindo-lhe - a tornava  
 (B) a legitimavam - atribuindo-na - tornava-lhe  
 (C) legitimavam-na - lhe atribuindo - lhe tornava  
 (D) legitimavam-lhe - a atribuindo - a tornava  
 (E) legitimavam-a - lhe atribuindo - tornava-a

7. O termo sublinhado em **Sabe-se quão barbaramente os ingleses subjugaram os hindus** exerce a função de ....., a mesma função sintática que é exercida por ..... na frase **Cometeram-se incontáveis violências contra os hindus**.

Preenchem corretamente as lacunas do enunciado acima, respectivamente:

- (A) objeto direto - **os hindus**.  
 (B) sujeito - **os hindus**  
 (C) sujeito - **violências**  
 (D) agente da passiva - **os hindus**  
 (E) agente da passiva - **violências**

**Atenção:** As questões de números 8 a 15 referem-se ao texto seguinte.

### **As comunicações e o colapso da ética**

O que leva um jovem profissional a considerar “normal” que uma empresa de comunicação se alie a um governo ou aos interesses de um poderoso grupo de anunciantes e que seu jornalismo deliberadamente omita, distorça e manipule informações? Por que as constatações de que “todos fazem do mesmo jeito”, “se não fizer assim não sobrevive”, “esse é o jogo jogado” etc. se tornam suficientes para que profissionais se ajustem inteiramente ao “sistema”? Essas, obviamente, não são questões novas e, certamente, não se restringem ao campo profissional das Comunicações – uma forte razão, aliás, pela qual não podem ser ignoradas.

Em seu livro **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**, Bernardo Kucinski chama a atenção para o fato de que jovens jornalistas rejeitam a possibilidade de uma ética porque “o desemprego estrutural fez da competição

com o próprio companheiro uma necessidade de sobrevivência, e nesse ambiente as éticas socialmente constituídas cederam espaço a uma ética de cada indivíduo. Cada um tem o dever de pensar antes de tudo em si mesmo, em seu projeto de vida. Uma ética em que o dever é definido como negação do social, como celebração da individualização ética”.

As ponderações de Kucinski nos ajudam a compreender o que está acontecendo com os jovens profissionais em disputa no mercado, e vão muito além do próprio campo das Comunicações. Falam dos valores e das práticas que dominam o nosso tempo de pensamento único e capitalismo globalizado. Que diferença entre essas práticas e a recomendação do velho jornalista norte-americano Joseph Pulitzer, que no tão remoto ano de 1904 alertava: “É a ideia de trabalhar para a comunidade, não para o comércio ou para si próprio que deve nortear as preocupações de todo jornalista”.

Atravessamos no Brasil um período de profundas transformações que implicará importantes mudanças estruturais regulatórias da natureza e das atividades do sistema de comunicações. Dessas transformações vai surgir um novo perfil (já em construção, aliás) de profissionais e uma nova correlação de forças entre os envolvidos no setor. Cuidemos todos para que não se consagre de vez o prestígio cínico de um vazio ético.

(Adaptado de Venício A. de Lima, **Observatório da imprensa**)

8. O autor do texto analisa a atuação de profissionais da área das comunicações e constata que essa atuação,
- (A) diferentemente de outros campos profissionais, sofre os excessos de uma indesejável competição.  
 (B) de forma preocupante e generalizada, já não leva em conta os valores éticos socialmente constituídos.  
 (C) tal como ocorre em outros campos profissionais, preocupa-se apenas com o aprimoramento técnico.  
 (D) particularmente no campo da informática, abandona os parâmetros mais rigorosos da ética profissional.  
 (E) de modo progressivo e ameaçador, substitui os valores tradicionais por parâmetros ousados e ineficazes.



9. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *deliberadamente omite* (1º parágrafo) = explicitamente restrinja
  - (B) *distorça e manipule informações* (1º parágrafo) = venha a destorcer e a manusear informes
  - (C) *éticas socialmente constituídas* (2º parágrafo) = valores institucionalmente associados
  - (D) *celebração da individualização ética* (2º parágrafo) = consagração da singularidade civil
  - (E) *prestígio cínico de um vazio ético* (4º parágrafo) = valorização impudente da ausência de ética
- 
10. Refletindo sobre a atuação dos jornalistas atuais, Bernardo Kucinski releva, em seu livro, o caráter
- (A) nefasto do rigor ético, quando aplicado em carreiras competitivas.
  - (B) irrelevante do vazio ético, no caso de uma necessária modernização.
  - (C) acessório da preocupação ética, dentro de uma competição saudável.
  - (D) negativo do comportamento individualista, indiferente aos valores éticos.
  - (E) traiçoeiro dos valores éticos, quando excessivamente interiorizados.
- 
11. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Há quem suponha que o desemprego estrutural do nosso tempo propicie uma razão, ainda que justificável, para o fato de a competição abolir a ética e seus valores congêneres.
  - (B) A disputa de mercado no campo das comunicações atuais trazem consigo uma irrelevância para com os valores éticos – razão de uma grande preocupação social.
  - (C) A preocupação com os leitores, que deveria nortear a ação dos jornalistas, deu lugar a um inaceitável individualismo, de cínico prestígio entre os jovens profissionais.
  - (D) Todas as perguntas elaboradas no início do texto dizem respeito a questões onde as respostas são difíceis, embora previsíveis, por conta do fatalismo e da acomodação ética.
  - (E) Não há nem termo de comparação entre as preocupações do velho jornalista norte-americano citado com os profissionais da imprensa atual, cuja ética não os parece demover.
- 
12. Numa carta em que um velho jornalista se dirigisse a um recém-contratado do jornal, seria plenamente aceitável a redação da seguinte frase:
- (A) Não temais, meu caro, a concorrência de teus colegas: confia em teus próprios valores, afeire-se a eles e segue em frente.
  - (B) Os valores que nortearão suas decisões profissionais não devem, meu caro, desmerecer os valores pessoais de que você se orgulha.
  - (C) Se te vierem ameaçar as piores tentações, fuja delas, amigo, não as dê qualquer atenção, e não terás motivo de arrependimento.
  - (D) Aprenderás com o tempo, meu jovem, que mesmo nas pequenas decisões que adotar, devem inspirá-lo os valores maiores da ética.
  - (E) Bem-vindo seja, colega, e atenta para que a ansiedade da competição não lhe desvie da missão que a comunidade nos confiou.
- 
13. A oração sublinhada exprime uma **finalidade** em:
- (A) Ele trabalha por trabalhar, e não por qualquer razão mais nobre.
  - (B) Kucinski escreveu um livro por sentir-se indignado com as atitudes de seus colegas.
  - (C) Há jornalistas que perseguem valores éticos para orientá-los no exercício de sua profissão.
  - (D) A ideia de trabalhar para a comunidade não está comovendo os jovens profissionais.
  - (E) Ele dedicou parte de sua vida ao jornalismo enquanto acreditava na alta relevância de sua profissão.
- 
14. Estão plenamente adequadas a flexão e a correlação entre tempos e modos dos verbos na frase:
- (A) As ponderações de Kucinski seriam úteis se acata-das por todos os que estivessem envolvidos no campo de atuação que ele analisou.
  - (B) Todo louvor aos que se disporem a assumir valores éticos, sem que se importassem com os sacrifícios que isso representaria.
  - (C) Teria sido o mercado, e não a fraqueza moral de cada um, o fator que levará os jovens a uma competição cada vez mais violenta.
  - (D) Os jovens jornalistas agem hoje como se nunca houvera necessidade de sobreviver ao tempo em que trabalhassem os veteranos.
  - (E) Caso ninguém venha a se preocupar com a ética no trabalho, seria inútil que os velhos profissionais venham a nos lembrar o nome de Pulitzer.



15. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Não cabe aos jovens, ao menos os livres de cinismo tentar justificar, suas ações pela pressão do mercado de trabalho, pois os velhos jornalistas, igualmente pressionados, não costumavam abdicar dos princípios éticos.
- (B) Não cabe aos jovens, ao menos os livres de cinismo, tentar justificar suas ações, pela pressão do mercado de trabalho; pois os velhos jornalistas igualmente pressionados, não costumavam abdicar dos princípios éticos.
- (C) Não cabe aos jovens, ao menos, os livres de cinismo, tentar justificar suas ações, pela pressão do mercado de trabalho, pois, os velhos jornalistas, igualmente pressionados, não costumavam abdicar dos princípios éticos.
- (D) Não cabe aos jovens, ao menos os livres de cinismo, tentar justificar suas ações pela pressão do mercado de trabalho, pois os velhos jornalistas, igualmente pressionados, não costumavam abdicar dos princípios éticos.
- (E) Não cabe aos jovens, ao menos, os livres de cinismo, tentar justificar suas ações, pela pressão do mercado de trabalho, pois os velhos jornalistas, igualmente pressionados não costumavam abdicar, dos princípios éticos.

#### Noções de Informática

16. Utilizando apenas os recursos do Explorador do *Windows XP*, para efetuar a cópia de um único arquivo localizado dentro da pasta A, que está compactada (zipada), para a pasta B, é necessário

- (A) abrir a pasta A, selecionar o arquivo desejado e efetuar a operação "recortar", selecionar a pasta B e efetuar a operação "copiar".
- (B) selecionar a pasta A, efetuar a operação "recortar", selecionar a pasta B e efetuar a operação "colar".
- (C) abrir a pasta A, selecionar o arquivo desejado e efetuar a operação "extrair todos os arquivos".
- (D) selecionar a pasta B, efetuar a operação "nova pasta compactada (zipada)", selecionar o arquivo desejado e efetuar a operação "colar".
- (E) abrir a pasta A, selecionar o arquivo desejado e efetuar a operação "copiar", abrindo posteriormente a pasta B e efetuar a operação "colar".

17. Para evitar invasão aos sistemas de uma empresa, é recomendado que se use em cada máquina uma senha para o *login*, que, para maior segurança, deve conter

- (A) palavras estrangeiras e, de preferência, as que pertençam a algum dicionário.
- (B) variações do nome do usuário, como, por exemplo, a escrita do nome em ordem inversa.
- (C) sequência apenas de números ou formada apenas por letras repetidas.
- (D) letras, números e variações de letras maiúsculas e minúsculas.
- (E) palavras e números de fácil memorização, como placas de automóveis e datas de nascimento de familiares.

18. Para que um arquivo criado pelo *Writer*, do pacote *BrOffice*, possa ser aberto em versões de *Microsoft Word* que não suportem o seu formato padrão, o usuário deverá selecionar a opção

- (A) '**Salvar como**' do menu **Arquivo** e, no diálogo para a gravação do arquivo, escolher o tipo de arquivo desejado.
- (B) **Exportar** do menu **Ferramentas** e escolher o formato desejado para exportação.
- (C) **Propriedades** do menu **Editar** e, na caixa de seleção de tipo de arquivo, escolher o tipo desejado.
- (D) **Compatibilidade** do menu **Formatar** e, na aba de formatos, escolher o modelo desejado.
- (E) **Filtros** do menu **Ferramentas** e criar um filtro para o formato desejado.

19. Após a utilização de uma mídia removível no *Windows XP*, para uma maior integridade das informações contidas neste dispositivo,

- (A) é necessário o procedimento de desfragmentação da unidade removível.
- (B) o sistema operacional efetua *backups* automáticos nas unidades de disco locais.
- (C) é necessário efetuar o procedimento de **remoção segura do hardware** antes de retirá-lo da porta USB.
- (D) o *firewall* do sistema operacional impede que o dispositivo seja acessado pela rede local.
- (E) as portas USB são desativadas automaticamente pelo sistema operacional após o término da cópia de arquivos.

20. Analise:

- I. Para que uma conexão nos navegadores seja segura, o protocolo HTTP deve ser utilizado. Neste tipo de conexão são empregados certificados digitais que garantem a autenticidade do servidor e também utilizadas técnicas de criptografia para a transmissão dos dados.
- II. A utilização de certificados digitais em correio eletrônico garante a autenticidade do cliente. Nesse processo, o cliente assina digitalmente a mensagem com sua chave privada, garantindo que a assinatura seja validada somente com sua chave pública.
- III. A utilização de teclados virtuais utilizados em páginas na internet é uma forma de se precaver contra softwares maliciosos que possam estar monitorando o teclado do computador.

É correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado
- (A) pela da Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, no uso de suas atribuições, visando anular ato coator de seus membros.
  - (B) pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Presidente da República, nos interesses da sociedade brasileira, visando a revogação de ordem de autoridade coatora que tenha violado a Constituição Federal.
  - (C) pelo Presidente do Senado Federal e pelo Procurador Geral da República, no exercício de suas funções, nos interesses da sociedade brasileira, objetivando a revogação de ordem de autoridade coatora em geral.
  - (D) por partido político com representação no Congresso Nacional e também por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
  - (E) pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.
22. A fiscalização do Município será exercida
- (A) pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
  - (B) pela Assembleia Legislativa do Estado mediante controle externo.
  - (C) pelo Poder Judiciário do Estado, competindo ao juízo local exercer o controle interno.
  - (D) pela Procuradoria Geral da República mediante controle externo.
  - (E) pelo Tribunal de Contas da União mediante controle externo.
23. As contratações com o Poder Público estão sujeitas, como regras, ao procedimento de seleção de propostas mais vantajosas para a Administração. Nesse sentido, o princípio, tido por instrumental, de realização dos princípios da moralidade administrativa e do tratamento isonômico dos eventuais contratantes com o Poder Público, é classificado como da
- (A) reserva legal.
  - (B) impessoalidade.
  - (C) publicidade.
  - (D) licitação.
  - (E) eficiência.
24. A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento
- (A) das determinações do Presidente da República.
  - (B) de seus pressupostos constitucionais.
  - (C) do parecer do Ministério da Justiça.
  - (D) dos requisitos mínimos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (E) dos requisitos mínimos estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça.

25. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. Segundo a Constituição Federal, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente,
- (A) anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com a aplicação da súmula, independentemente do caso, intimando o membro do Ministério Público competente à intervir.
  - (B) manterá o ato administrativo ou a decisão judicial, adequando-os à súmula, que deverá sempre ser aplicada independentemente do caso, face seu poder vinculante.
  - (C) manterá o ato administrativo ou a decisão judicial, adequando-os à súmula, intimando o membro do Ministério Público competente para emitir parecer sobre a melhor adequação da súmula ao caso.
  - (D) manterá o ato administrativo ou a decisão judicial por força do Princípio da Segurança Jurídica, aplicando a súmula em qualquer hipótese, intimando o Advogado Geral da União a intervir independentemente do caso.
  - (E) anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

**Noções de Direito Eleitoral**

26. Os Tribunais Regionais Eleitorais
- (A) compor-se-ão, dentre outros membros, de dois Desembargadores de Tribunal de Justiça, nomeados pelo Presidente da República.
  - (B) serão presididos por um dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça que integrarem a sua composição.
  - (C) compor-se-ão, dentre outros membros, de dois Juizes, dentre Juizes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça.
  - (D) terão, dentre outras funções, a de processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos por seus próprios membros.
  - (E) terão sede em regiões do país, podendo a sua competência estender-se por mais de um Estado da Federação.



27. De acordo com a Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar nº 64/1990 e alterações posteriores),
- (A) a declaração de inelegibilidade de candidato a Prefeito Municipal prejudicará a candidatura do respectivo candidato a Vice-Prefeito.
- (B) no processo sumaríssimo de investigação judicial, o Ministério Público Eleitoral terá as mesmas atribuições do relator em processos judiciais.
- (C) as transgressões pertinentes a origem de valores pecuniários só poderão ser apuradas pelo Ministério Público Eleitoral.
- (D) é facultado ao partido político ou coligação que requerer o registro de candidato considerado inelegível dar-lhe substituto, mesmo que a decisão transitada em julgado tenha sido proferida após o termo final do prazo de registro.
- (E) no processo sumaríssimo de investigação judicial, o julgamento caberá ao Corregedor-Geral ou ao Corregedor Regional.
- 
28. A respeito da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, é correto afirmar que:
- (A) na hipótese de fusão, a existência legal do novo partido tem início na data em que a mesma for aprovada pelos respectivos órgãos nacionais, em reunião conjunta, por maioria absoluta.
- (B) o partido político, em nível nacional, poderá sofrer suspensão das cotas do Fundo Partidário como consequência de atos praticados por órgãos regionais ou municipais.
- (C) no caso de incorporação, o instrumento respectivo deve ser levado ao Oficial Civil competente, que deve, então, cancelar o registro do partido incorporado a outro.
- (D) a extinção de partido político, contra o qual ficar provado ter recebido ou estar recebendo recursos financeiros de procedência estrangeira, será determinada de ofício pelo Tribunal Superior Eleitoral, sem necessidade de prévio processo.
- (E) no caso de incorporação, os votos obtidos pelo partido incorporado na última eleição e o respectivo número de representantes na Câmara dos Deputados serão desconsiderados para efeito do acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- 
29. O partido político que receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade de classe ou sindical, ficará sujeito à sanção de
- (A) suspensão da participação no Fundo Partidário por um ano.
- (B) multa de até duas vezes o valor da contribuição ou auxílio recebido.
- (C) multa correspondente ao valor da contribuição ou auxílio recebido.
- (D) cancelamento imediato do registro civil e do respectivo estatuto.
- (E) proibição de inscrever candidatos a cargos eletivos no próximo pleito eleitoral.
- 
30. Tício filiou-se ao partido *Alpha* dois anos antes do pleito em que deseja concorrer a Deputado Estadual e teve, um mês depois, sua inscrição deferida. Onze meses antes do pleito, o Partido *Alpha* foi incorporado pelo partido *Beta*. Nove meses antes do pleito, o partido *Beta* fundiu-se ao partido *Gama*, daí resultando o partido *Delta*. Nesse caso, será considerada, para aferição do prazo mínimo de filiação partidária, a data
- (A) em que o partido *Beta* fundiu-se ao partido *Gama*.
- (B) em que o partido *Alpha* foi incorporado pelo partido *Beta*.
- (C) da filiação do candidato ao partido de origem.
- (D) em que foi feito o registro do partido *Delta* no Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) em que se escoou o prazo para os filiados descontentes com a fusão pedissem a sua exclusão do partido *Delta*.
- 
31. No Município "X", para as eleições proporcionais para Câmara Municipal, cinco partidos integram uma coligação. Nesse caso, a coligação poderá registrar candidatos até
- (A) o quádruplo do número de lugares a preencher.
- (B) cento cinquenta por cento do número de lugares a preencher.
- (C) a metade do número de lugares a preencher.
- (D) o triplo dos lugares a preencher.
- (E) o dobro do número de lugares a preencher.
- 
32. A veiculação de propaganda eleitoral, através de cartazes, em bens particulares, com o consentimento do proprietário, é permitida, desde que não contrarie a legislação eleitoral e
- (A) o imóvel não esteja localizado em área residencial.
- (B) tenha sido obtida prévia autorização do Juiz Eleitoral.
- (C) não exceda a quatro metros quadrados.
- (D) tenha sido obtida prévia licença municipal.
- (E) tenha sido obtida prévia autorização do Tribunal Regional Eleitoral.
- 
33. A respeito do direito de resposta, considere:
- I. Se uma afirmação caluniosa for difundida na televisão, no horário eleitoral gratuito, em trinta segundos, deferido o pedido, o ofendido usará, para resposta, no máximo trinta segundos.
- II. O pedido de resposta relativo à ofensa veiculada em órgão da imprensa escrita, uma vez deferido, dar-se-á no mesmo veículo, espaço, local, página, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, em até quarenta e oito horas após a decisão, ou, tratando-se de veículo com periodicidade de circulação maior que quarenta e oito horas, na primeira vez em que circular.
- III. Se a ofensa for veiculada em propaganda eleitoral na internet, deferido o pedido, a resposta ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet pelo mesmo tempo em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.
- Está correto o que consta SOMENTE em
- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

**Noções de Direito Administrativo**

34. João ocupou durante dois anos cargo em comissão no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco. Em razão de alguns atos por ele praticados durante o aludido cargo, o Ministério Público decidiu propor contra João ação de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992. Desta feita, a ação de improbidade deverá ser proposta

- (A) em até dez anos após o término do exercício do referido cargo.
- (B) dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público.
- (C) em até cinco anos após o término do exercício do referido cargo.
- (D) em até cinco anos, contados do ingresso de João no aludido cargo.
- (E) dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com suspensão.

35. Os denominados "gestores de negócio", ou seja, aqueles que espontaneamente, assumem determinada função pública em momento de emergência, como epidemia, incêndio, enchente, etc, são considerados

- (A) agentes honoríficos.
- (B) agentes políticos.
- (C) servidores públicos temporários.
- (D) particulares em colaboração com o Poder Público.
- (E) agentes delegados.

36. A "aprovação" é exemplo de ato administrativo

- (A) ordinatório.
- (B) normativo.
- (C) negocial.
- (D) enunciativo.
- (E) geral.

37. Considere as seguintes assertivas concernentes ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990):

- I. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade, dentre outros, o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social.
- II. O tempo em que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria.
- III. Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.
- IV. É possível a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município.

Está correto o que consta em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

38. Nos termos da Lei nº 11.416/2006, o servidor das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário cedido

- (A) perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária, na hipótese de cessão para órgãos dos Estados, na condição de optante pela remuneração do cargo objeto da cessão.
- (B) perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária, qualquer que seja o tipo de cessão.
- (C) não perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.
- (D) não perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária, salvo na hipótese de cessão para órgãos dos Municípios, na condição de optante pela remuneração do cargo objeto da cessão.
- (E) não perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária, qualquer que seja o tipo de cessão e qualquer que seja a remuneração optada.

39. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. Sobre o tema, é correto afirmar:

- (A) Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.
- (B) A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo.
- (C) Os atos do processo não podem, em qualquer hipótese, ser concluídos depois do horário normal de funcionamento da repartição.
- (D) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de quinze dias.
- (E) Os atos do processo administrativo devem realizar-se exclusivamente na sede do órgão, sob pena de serem considerados inexistentes.

**Noções de Administração**

40. As metas estratégicas da empresa *Directa* constituem a matéria-prima da avaliação, cuja mensuração de desempenho se dá por meio de indicadores. O indicador de desempenho vinculado ao grau de satisfação, valor agregado e a transformação produzida no contexto geral é o de

- (A) economicidade.
- (B) eficácia.
- (C) excelência.
- (D) efetividade.
- (E) eficiência.



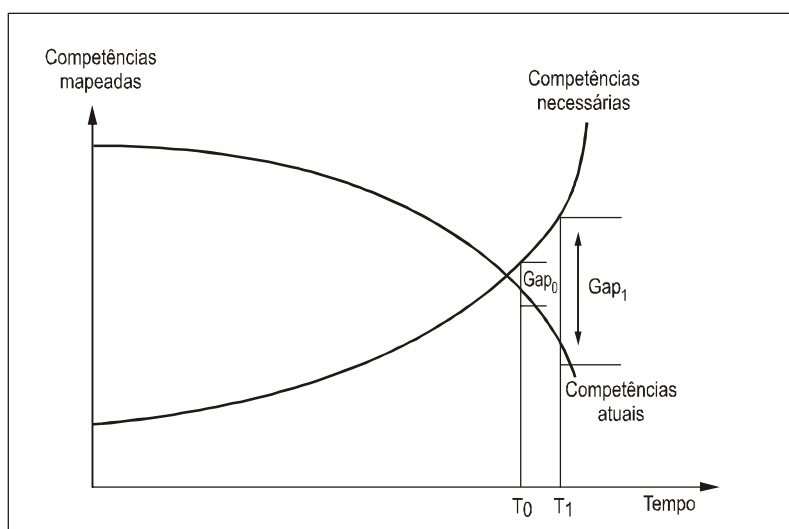


41. A empresa *Directa* utiliza o *BSC – Balanced Scorecard* como pedra angular de suas ações estratégicas. Diante da missão e visão definidas no Mapa Estratégico, a gestão da competência de seus colaboradores, com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, é um dos objetivos estratégicos alinhados com a perspectiva
- (A) dos processos externos.  
 (B) financeira.  
 (C) do cliente.  
 (D) dos processos internos.  
 (E) de aprendizado e crescimento.

42. A gestão por processos de uma organização, para cumprir seus objetivos estratégicos, tem como característica a
- (A) organização em unidades funcionais verticais.  
 (B) interfuncionalidade e a transformação de insumos em serviços, como o objetivo de agregar valor ao cidadão/cliente.  
 (C) sincronia em unidades funcionais verticais em insumos, infraestruturas e regras, com o objetivo de agregar valor interno.  
 (D) estrutura baseada na hierarquia funcional e departamental, com objetivo de agregar valor ao cidadão/cliente.  
 (E) interfuncionalidade e a sincronia dos insumos e infraestrutura das unidades verticais, exclusivamente.

43. Gestão por competências é um modelo de gestão utilizado pelas organizações, visando a orientar os esforços dos gestores de pessoas no planejamento, captação, desenvolvimento e avaliação das competências organizacionais e humanas necessárias à consecução dos seus objetivos. Analise o gráfico e os itens I a IV abaixo:

#### IDENTIFICAÇÃO DO GAP (LACUNA) DE COMPETÊNCIAS



(LENAGA, apud BRANDÃO e GUIMARÃES (2001), com adaptações. In: CARBONE, P. P.; BRANDÃO, H. P.; LEITE, J. B. D.; VILHENA, R. M. P. **Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento**. Série Gestão de Pessoas. FGV Editora. p. 52)

- I. A identificação do *gap* (lacuna) de competências permite aos gestores de pessoas otimizarem as ações de captação e desenvolvimento de competências, maximizando-se a lacuna.
- II. O *gap*, na ausência de ações de captação ou desenvolvimento por parte da organização, tende a crescer.
- III. A complexidade do ambiente no qual as organizações estão inseridas faz com que sejam exigidas novas competências, o que tende a elevar a curva representativa das competências necessárias para a concretização da estratégia organizacional.
- IV. A curva que representa as competências atuais disponíveis na organização tende ao declínio, se as competências tornarem-se obsoletas no tempo; por isso, as ações de captação e desenvolvimento devem ser constantes.

De acordo com os dados fornecidos, é correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.  
 (B) I, II e III.  
 (C) I e II.  
 (D) III e IV.  
 (E) II, III e IV.



44. A instituição pública ELEGE desenvolve o projeto de recadastramento biométrico dos eleitores a fim de garantir melhoria no atendimento, menor demanda de tempo no dia da eleição e facilidade na identificação do eleitor. Os profissionais envolvidos no desenvolvimento do projeto definiram o início e fim do projeto; a descrição do projeto; unidades organizacionais responsáveis pela execução de trabalhos de adequação de instalações e aquisições de materiais; ações de tecnologia da informação com a aquisição de *kits* biométricos e treinamento; necessidades de convênios com outras instituições; estimativa de investimento e custeio; e resultado esperado. Tratando-se da metodologia PMBOK, essa decomposição das entregas e do trabalho do projeto em componentes menores e mais facilmente gerenciáveis refere-se
- (A) à AEF – Análise de Modos e Efeitos de Falha.  
(B) ao OP – Orçamento do Projeto.  
(C) à EAP – Estrutura Analítica do Projeto.  
(D) à EAR – Estrutura Analítica de Riscos.  
(E) à EAO – Estrutura Analítica Organizacional.
45. O ciclo de vida de um projeto, de acordo com a metodologia PMBOK, possui 4 fases: início do projeto; organização e preparação; execução do trabalho; encerramento do projeto (entregas aceitas, arquivamento da documentação).

Analise as figuras 1 e 2 e os itens I a IV abaixo.

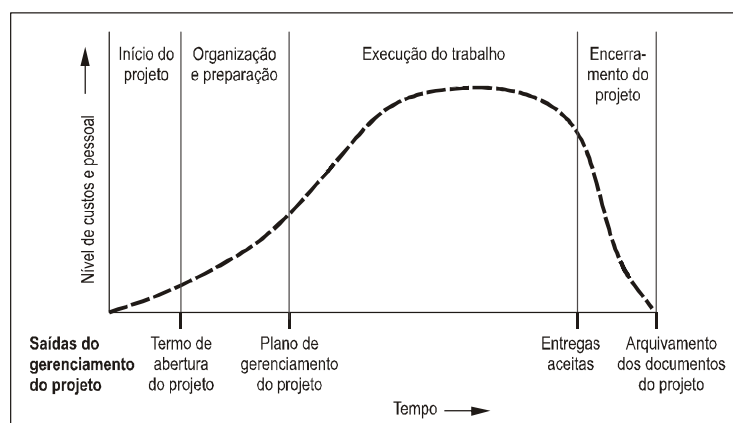


Figura 1: Nível típico de custos e pessoal ao longo do seu ciclo de vida

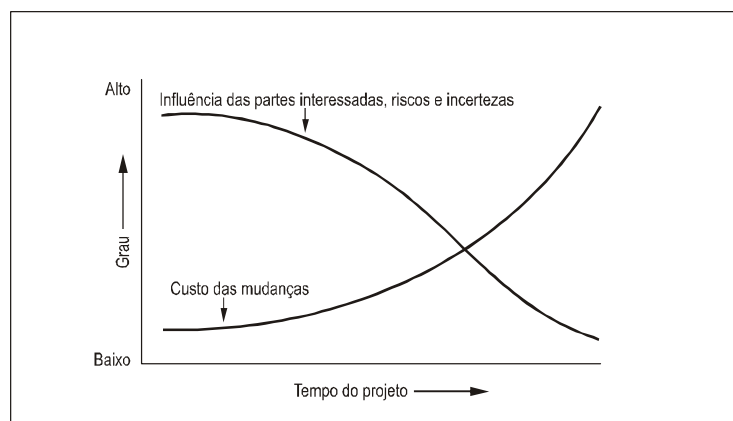


Figura 2: Impacto da variável com base no tempo decorrido do projeto

(GUIA PMBOK – 4ª edição, cap. 2)

- I. Os níveis de custo e de pessoal são baixos no início, atingem um valor máximo enquanto o projeto é executado e caem rapidamente, conforme o projeto é finalizado.
- II. A influência das partes interessadas, os riscos e as incertezas são menores durante o início do projeto, aumentando ao longo da vida deste.
- III. A capacidade de influenciar as características finais do produto do projeto, sem impacto significativo sobre os custos, é mais alta no início e torna-se cada vez menor conforme o projeto progride para o seu término.
- IV. Os custos das mudanças e correções de erros aumentam significativamente conforme o projeto se aproxima do término.

De acordo com os dados fornecidos, é correto o que consta APENAS em

- (A) I, III e IV.  
(B) I, II e IV.  
(C) I e II.  
(D) III e IV.  
(E) II e III.



46. Pela metodologia PMBOK, a técnica analítica aplicada na análise da rede de cronograma que calcula as datas teóricas de início e término mais cedo e início e término mais tarde, para todas as atividades, sem considerar quaisquer limitações de recursos, é denominada

- (A) Método da Corrente Crítica.
- (B) Método do Caminho Crítico.
- (C) Técnica do Nivelamento de Recursos.
- (D) Análise de Cenário "E-se".
- (E) Compressão de Cronograma.

47. No gerenciamento da qualidade do projeto, a comparação de práticas de projetos reais ou planejados com as de projetos comparáveis, para identificar as melhores práticas, gerar ideias para melhorias e fornecer uma base para medir o desempenho, é denominada

- (A) Diagrama de Afinidades.
- (B) Projeto de Experimentos.
- (C) Fluxograma.
- (D) Amostragem Estatística.
- (E) *Benchmarking*.

#### Administração Financeira e Orçamentária

48. Sobre princípios orçamentários, é correto afirmar:

- (A) O princípio da não-afetação permite a vinculação de receita a órgão, fundo ou despesa, desde que a vinculação se enquadre nas hipóteses ressalvadas pelo art. 167 da Constituição Federal de 1988.
- (B) O princípio da universalidade, previsto no art. 6º da Lei nº 4.320/64, dispõe que todas as receitas e despesas constem do Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (C) O princípio da exclusividade, inserto no art. 165, § 8º, da Constituição Federal de 1988, estabelece que a lei orçamentária anual não contenha dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não admitindo qualquer exceção a essa regra.
- (D) O princípio da especificação permite que o Orçamento contenha dotações globais destinadas a atender diversas despesas de natureza diferente.
- (E) O princípio da clareza estabelece que a lei orçamentária anual deva evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo.

49. Sobre o ciclo orçamentário anual no Brasil, é correto asseverar:

- (A) Embora a Constituição assegure autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, a sua proposta orçamentária será elaborada pelo Poder Executivo.
- (B) O orçamento fiscal e o de investimentos constantes do projeto de lei orçamentária anual terão, entre suas funções, a de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- (C) O projeto de plano plurianual deve vigor até o último exercício do mandato do Chefe do Poder Executivo.
- (D) A Constituição Federal de 1988 permite que emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam aprovadas, mesmo que não contenham indicação dos recursos necessários ao seu financiamento.
- (E) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

50. É correto afirmar que:

- (A) Os restos a pagar com prescrição interrompida são despesas cuja inscrição em restos a pagar foi cancelada, mas ainda vigente o direito do credor.
- (B) O suprimento de fundos, devido ao seu caráter de financiamento de serviços que exijam o pronto pagamento em espécie, podem ser efetuados sem prévio empenho da despesa na dotação própria.
- (C) Os restos a pagar não processados são despesas empenhadas e liquidadas no exercício, mas que ainda não foram pagas, porque o credor ainda não efetuou a prestação do serviço ou o fornecimento do material.
- (D) Despesas de exercícios anteriores correspondem aos restos a pagar que foram processados no exercício anterior, mas liquidados apenas no exercício corrente.
- (E) O suprimento de fundos não pode ser efetuado caso se trate de despesas que devam ser feitas em caráter sigiloso.

51. Os gastos com pessoal, segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, não poderão exceder, em relação à receita líquida corrente de cada ente público, a:

- (A) 60% tanto para a União quanto para os Estados e Municípios.
- (B) 50% tanto para a União quanto para os Estados e Municípios.
- (C) 60% no caso da União e 50% nos casos dos Estados e Municípios.
- (D) 50% no caso da União e dos Estados e 60% apenas no caso dos Municípios.
- (E) 50% no caso da União e 60% nos casos dos Estados e Municípios.

52. Analise as afirmações a seguir:

- I. A despesa decorrente de pagamento dos juros da dívida pública é classificada no orçamento como despesa de capital, da mesma forma que os gastos da amortização da referida dívida.
- II. A Lei da Responsabilidade Fiscal define empresa estatal dependente como aquela que recebe do ente público controlador recursos financeiros para pagamento de despesas de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- III. Os créditos adicionais especiais destinam-se ao reforço de dotação orçamentária já existente e podem constar da lei orçamentária anual sob rubrica denominada Reserva de Contingência.
- IV. Os créditos adicionais extraordinários poderão ser abertos pelo Poder Executivo sem prévia autorização do Poder Legislativo.
- V. É vedado ao titular de Poder Executivo, nos últimos dois semestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e V.
- (D) I, III e V.
- (E) III e V.

**Noções de Direito Civil**

53. Considere as seguintes assertivas a respeito da compra e venda:
- I. Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
  - II. É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
  - III. O direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
  - IV. É vedado às partes, em qualquer hipótese, fixar o preço em função de índices ou parâmetros suscetíveis de objetiva determinação, em razão da oscilação existente e da instabilidade daí resultante.
- De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) I e II.
  - (D) II e III.
  - (E) I, II e IV.

54. Maria está grávida de João, que sofreu um acidente de moto e encontra-se internado no hospital X em estado grave. Sem saber sobre os direitos do filho que está no seu ventre, Maria procura sua vizinha Sueli que é advogada. Sueli expõe a Maria que a personalidade civil da pessoa começa
- (A) da décima segunda semana após a concepção, que comprovada cientificamente, resguarda o direito do nascituro.
  - (B) da concepção, que comprovada cientificamente, resguarda o direito do nascituro.
  - (C) do nascimento com vida, sendo que a lei resguarda os direitos do recém-nascido somente após a constatação de vida feita pelo obstetra, momento em que este passa a existir no mundo jurídico.
  - (D) do nascimento com vida, mas que a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
  - (E) do nascimento com vida, sendo que a lei resguarda os direitos do recém-nascido somente após o registro civil de nascimento deste no cartório competente.

**Noções de Direito Processual Civil**

55. No processo "B" o Ministério Público está intervindo como fiscal da Lei. Neste caso,
- (A) poderá juntar documentos e certidões, bem como produzir prova em audiência, mas não poderá requerer outras diligências uma vez que estas competem especificamente às partes.
  - (B) poderá juntar documentos e certidões, mas não poderá produzir prova em audiência.
  - (C) o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado apenas dos principais atos processuais previstos no Código de Processo Civil.
  - (D) não poderá juntar documentos e certidões, mas poderá produzir prova em audiência.
  - (E) o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

56. Mirto é casado e pai de João Vitor, maior e capaz. Viajou sozinho para Paris. Em território Francês, Mirto teve um ataque cardíaco e faleceu. Neste caso, em regra, será competente para todas as ações em que o espólio de Mirto for Réu
- (A) o local onde ocorreu o óbito na França.
  - (B) o foro do domicílio de Mirto no Brasil.
  - (C) o foro da embaixada do Brasil na França.
  - (D) o foro do domicílio de seu filho no Brasil.
  - (E) qualquer foro do território Nacional em razão do óbito ter ocorrido na França.

**Noções de Direito Penal**

57. Considere:
- I. Estado de necessidade.
  - II. Erro inevitável sobre a ilicitude do fato.
  - III. Coação moral irresistível.
  - IV. Obediência à ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico.
- São causas de exclusão da culpabilidade as indicadas SOMENTE em
- (A) I, II e III.
  - (B) I e III.
  - (C) II e IV.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) I e IV.

58. A conduta de *iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria* tipifica o crime de
- (A) contrabando.
  - (B) descaminho.
  - (C) peculato.
  - (D) prevaricação.
  - (E) excesso de exação.

**Noções de Direito Processual Penal**

59. As testemunhas
- (A) responderão às perguntas formuladas diretamente pelas partes e admitidas pelo juiz.
  - (B) poderão trazer seu depoimento por escrito.
  - (C) serão inquiridas juntamente com outras arroladas pelas partes.
  - (D) não poderão ser contraditadas pelas partes.
  - (E) não poderão fazer breve consulta a apontamentos.

60. A respeito da citação, considere:
- I. Não cabe citação com hora certa no processo penal.
  - II. A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
  - III. Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.
- Está correto o que consta SOMENTE em
- (A) I.
  - (B) I e II.
  - (C) I e III.
  - (D) II e III.
  - (E) III.



**Prova Discursiva – Redação**

**Instruções:**

Conforme Edital deste Concurso, item 7 do **Capítulo X. Da Prova Discursiva – Redação**, será atribuída nota ZERO, dentre outros itens, à redação que:

- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Leia os textos abaixo.

*A ONU Mulheres é a nova liderança global em prol das mulheres. A sua criação, em 2010, proporciona a oportunidade histórica de um rápido progresso para as mulheres e as sociedades. A ONU Mulheres trabalha com as premissas fundamentais de que as mulheres têm o direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza, e de que a igualdade de gênero é um requisito central para se alcançar o desenvolvimento.*

(<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres>, com adaptações)

*No Brasil, as mulheres representam mais da metade (52,6%) da População Economicamente Ativa (PEA). Entretanto, ocupam principalmente a base da pirâmide ocupacional, em cargos de menor qualificação e remuneração. Não bastasse isso, o rendimento médio das mulheres corresponde a apenas 65,6% do rendimento dos homens (PNAD 2006/IBGE). É nesse contexto que o Governo Federal assume a iniciativa de implementar o Programa Pró-Equidade de Gênero, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).*

([http://www.bndes.gov.br/SiteBNDDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/programa\\_proequidade.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/programa_proequidade.pdf))

Considere as informações acima para desenvolver um texto dissertativo a respeito do seguinte tema:

**"A igualdade de gênero e a contribuição da mulher para o desenvolvimento das sociedades"**

BRASCSUNITHO